

6.

Considerações finais

Como foi sinalizado na introdução deste trabalho, a história local/regional é um campo de investigação que me instiga desde os tempos da Graduação. Lembro-me de várias aulas em que se estabeleciam os debates historiográficos sobre um tema específico no qual alguns autores eram chamados de memorialistas, em especial aqueles que se dedicavam às histórias locais e regionais, de forma pejorativa desqualificando suas análises. Isso me incomodava, especialmente com as constantes advertências para que os postulantes a professores/historiadores não se deixassem levar pelo anacronismo. Consultando as obras desses tidos memorialistas, passei a questionar o epíteto atribuído a alguns deles. Havia um esforço de pesquisa documental e de interpretação da ação dos homens em seus tempos que não se enquadrava no estereótipo que lhes era atribuído. Por isso, decidi me dedicar, neste trabalho, a iniciar uma reflexão sobre esse tipo de produção. Iniciar, pois creio que ainda há muito a fazer.

Este trabalho visou contribuir para tal debate. A preocupação com a região e com a história regional integra o processo de constituição do conhecimento histórico enquanto ciência no século XIX. Como pudemos observar, o processo de cientificização da história participava dos debates de afirmação das nações e nacionalismos no século XIX e, por isso, estabeleciam um lugar para as experiências particulares, para as histórias regionais. Estas seriam legítimas desde que enfocassem os elementos de consenso e de unidade que geraram as nações no período. No caso brasileiro não foi diferente. Esta foi a diretriz dada aos estudos de história regional no IHGB, por exemplo. A questão permaneceu entre os intérpretes do Brasil no século XX. Com Capistrano de Abreu, a questão assumiu outros contornos. Esse historiador não se dedicou a fazer história regional, mas, por outro lado, elegeu uma região como ícone da brasilidade: o sertão. Um sertão indefinido, um lugar de fronteira, o interior do país. Não se definia, naquele momento, o sertão como um lugar geográfico de fronteiras fixas. O sertão era o não-litoral. E foi Capistrano de Abreu quem, na virada do século XIX para o XX, chamava a atenção dos historiadores para o diálogo com a geografia moderna, aquela geografia firmada no mesmo momento da institucionalização da História.

Desenvolvida por Humboldt, Ritter, Ratzel e Vidal de La Blache, a Geografia moderna discutia a mesma questão: o lugar do particular, do específico, do regional na compreensão da unidade, do geral, do nacional. Essa geografia definiu um conceito de região que naturalizava as diferenças físicas, sociais e históricas em nome de uma certa unidade. Essa apreensão do conceito deve ser problematizada levando em consideração não apenas a base física/natural, mas, principalmente, os aspectos políticos e simbólicos que estão envolvidos em suas delimitações.

A história regional firmou-se no final do século XIX e na primeira metade do século XX como um discurso legítimo de construção do conhecimento histórico. Entre as décadas de 1920 e 1950, o pensamento modernista retomou a questão do lugar da região na constituição do nacional. Os *Estudos Brasileiros* configuraram-se como uma possibilidade da produção de conhecimento sobre o país no período. Sem contar com rígidas fronteiras institucionais, os *Estudos Brasileiros* constituíram um diálogo interdisciplinar que promoveu o avanço da produção do conhecimento sobre o Brasil e, conseqüentemente, da história. As apreensões desse diálogo foram as mais variadas. Um desses diálogos foi o da história com a geografia regional, de matriz francesa. A história regional, que então se desenvolveu a partir daí, pretendia compreender as especificidades dos processos históricos em uma escala menor, as particularidades locais, sem, contudo, perder de vista os processos maiores. Dar conta dessas particularizações de uma determinada área territorial só era possível com a interação de vários campos disciplinares: geografia, estatística, genealogia etc. Reconhecia-se como legítima essa forma de fazer história.

Esse período modernista foi de significativas mudanças no cenário político e intelectual fluminense. Tais transformações geraram alterações na forma como políticos e homens de letras se relacionavam com o passado local e com a construção da história.

Nos anos 1920, houve a mudança do grupo político que dominava o estado por quase três décadas, sob a liderança de Nilo Peçanha. A intervenção federal de 1923 e a ascensão dos aliados de Feliciano Sodré ao poder levaram a um novo relacionamento de dirigentes e intelectuais com a história. Organizou-se a *Renascença Fluminense*, agremiação que unia políticos e intelectuais, associando-se ao novo grupo político nos esforços de resgatar e perpetuar a

memória local construindo monumentos de pedra e cal e investindo na construção de discursos de valorização da terra. Investia-se na elaboração de uma pedagogia cívica que, seguindo as diretrizes do período, promoveram um movimento reformista na educação fluminense. Foram os renascentistas que reabilitaram o Império como época de esplendor suplantando a idéia de decadência. A imagem da *Velha Província*, que ecoava em discursos diversos, deixou de ser memória e se transformou em história com a elaboração das primeiras *histórias* do estado produzidas por João Ribeiro Pinheiro, Antônio Figueira de Almeida, Clodomiro Rodrigues de Vasconcellos e José Mattoso Maia Forte. Esses livros foram elaborados enfocando o público escolar primário ou da Escola Normal. Livros que, na relação regional/nacional, intentavam demarcar a especificidade local, a contribuição fluminense na história pátria. Essas narrativas estabeleceram temas e cronologias que marcaram os estudos subsequentes e firmaram um método de trabalho em que a crítica historiográfica e a pesquisa documental foram consolidadas como bases do trabalho do historiador.

As décadas seguintes foram marcadas por novas alterações no cenário político do Rio de Janeiro. Foi o momento de afirmação e consolidação de Amaral Peixoto e do amaralismo como nova força política local. Firmou-se um projeto político alicerçado nas tradicionais atividades agro-pastoris. Houve uma opção pelo agrário. Mas um agrário que deveria ser modernizado imprimindo-se novas técnicas produtivas e novas orientações às populações rurais.

Tradição e modernidade também estão nas bases das ações implementadas no campo educacional e cultural. Os projetos educacionais, as *Missões Culturais*, a criação do Museu Antônio Parreiras e a edição de livros de autores e de temáticas fluminenses foram algumas das iniciativas que afirmavam Amaral Peixoto como defensor das tradições e da história fluminense e também como aquele capaz de reerguer o estado, recuperando a *Idade de Ouro* local. Essa imagem era construída e compartilhada pelos departamentos governamentais e pelo mundo literário da capital fluminense que participava de inúmeras ações e iniciativas da administração amaralista. As redes de sociabilidades que uniam esse dois universos conformavam o pensamento, a investigação e a análise sobre o local. A história, nesse contexto, era o fio condutor das análises. Era o conhecimento que permitia diagnosticar as vocações, o que era inerente ao estado;

onde se deveria intervir e agir. Os estudos históricos permitiam revelar a identidade fluminense.

Os estudos de história fluminense, aqui analisados, foram produzidos nesse contexto de valorização da história local e com incentivos diversos do Estado – pela publicação na Imprensa Oficial estadual ou com o financiamento por editoras e gráficas, pela concessão de prêmios. Essas associações entre letrados e governantes firmava-se na ideia de que o Estado era o principal agente de construção dos processos históricos locais. Segundo essa interpretação, era o Estado, por meio dos seus dirigentes, que agia na promoção do desenvolvimento social e econômico da terra fluminense.

Essas histórias foram escritas por historiadores forjados em um fazer prático consensual do que seria a produção do conhecimento histórico no período. Tal consenso era construído por suas inserções nas instituições culturais locais que, com suas solenidades, publicações e celebração das obras dos pares, consolidavam as práticas historiográficas do período.

Essa produção fixou os corpos documentais prioritários para a pesquisa, os arquivos públicos oficiais, mas não excluiu outras fontes de informação, como os viajantes, os acervos privados, os dados estatísticos, a história oral.

Uma outra preocupação desses historiadores foi a definição de uma periodização própria para cada localidade, estabelecida a partir do que foi considerado marco zero nas localidades: a chegada do colonizador português. Geralmente, estabeleciam-se as fases da história local como um processo linear de desenvolvimento. A rápida evolução político-administrativa era tida como um indício de progresso. Mas os historiadores não se prendiam unicamente nesse dado. Ao fixar os períodos locais, poderíamos afirmar que, *grosso modo*, eles seriam marcados pela formação do primeiro núcleo, seu desenvolvimento, época de apogeu, o declínio local e a retomada do progresso. Nesse sentido, a história possuía um sentido progressista, em que a localidade possuía fases demarcadas de desenvolvimento, no qual um estágio superaria o outro pelo grau de crescimento que possuía. Essa periodização não perdia de vista a cronologia nacional, buscando inserir a localidade nos eventos considerados marcantes na vida do país.

Outro elemento importante, na constituição da história local, era a afirmação de uma unidade territorial particular. O território era tido como dado primordial de definição da identidade de um local. Em muitos casos,

reafirmavam-se as fronteiras político-administrativas das localidades sem, contudo, perder de vista que estas eram historicamente formadas. Essa consciência levava alguns desses autores a abandonarem as fronteiras administrativas, definindo regiões que abrangessem áreas às quais conferiam unidade física e histórica.

Por fim, considerava-se que a construção do conhecimento histórico não estava dissociada de outros saberes. Os conhecimentos geográficos, estatísticos, biográficos, genealógicos e literários não eram considerados meros mananciais de informações. Estes estavam indissociados na construção de um texto histórico.

Analisando essa produção, podemos encontrar permanências de práticas historiográficas diversas como o antiquariado, as orientações rankeanas e as da Escola Metódica francesa, que se associam à geografia regional lablachiana na configuração de uma história que se queria associada ao que então estava em voga como parâmetros de construção do conhecimento histórico e como tal era reconhecida. Seus autores eram reconhecidos como historiadores não apenas por serem, muitas vezes, os primeiros a se dedicarem ao tema, mas pela forma como o produziam.

É provável que o declínio desse modelo de produção histórica tenha ocorrido a partir da década de 1970 quando, em 1971, foi criado o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Naquele momento havia duas linhas de concentração, Brasil e América, sendo que a primeira priorizava estudos de História Regional. São dessa época, por exemplo, as dissertações de Ana Maria dos Santos sobre Itaboraí e de Vânia Leite Fróes, sobre o extinto município de Estrela¹. Novas diretrizes foram dadas aos estudos regionais. Ao mesmo tempo, iniciava-se um processo de afastamento da Universidade do universo literário local em que aquela forma de fazer história enraizou-se e ainda hoje é praticada e, por vezes, reconhecida pelos poderes locais. Mas isso já é uma outra história...

¹ PROGRAMA de Pós-Graduação em história da UFF. **Catálogo de Teses e dissertações. Mestrado e doutorado. 1974-1995.** Niterói: UFF, 1996.